

AS CIDADES ROMANAS: ROMANIZAÇÃO, CIDADANIA E ESCRAVIDÃO

Data de submissão: 13/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Rafael de Carvalho Boscarino

Graduando em História
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro (UNIRIO)

RESUMO: Este artigo se propõe a abordar a expansão do Império Romano, bem como as formas de organização e construção das cidades, articulando-as ao desenvolvimento das sociedades dominadas sob a influência desse processo expansionista. Assim, o Império Romano se expande, percebendo a cidade como a essência de uma forma de vida comum, tornando-se um ambiente propício para a concepção de uma comunidade. O objetivo deste trabalho é analisar os conceitos de urbe e de cidadania, considerando-se a influência romana nas cidades emergentes e sobretudo as questões que envolvem a prática da escravidão. Por isso, destaca-se a função política das cidades na formação desse grande Império e, dessa forma, faz-se necessário refletir sobre a construção das cidades, sobre a cidadania e sobre a escravidão de acordo com uma perspectiva social e econômica na Roma Antiga. Para tanto, como suporte teórico, são utilizados os historiadores Pierre Grimal (1988), Fábio Duarte Joly (2017), Norberto Luiz Guarinello (2020), entre outros autores.

PALAVRAS-CHAVE: Romanização; cidade; escravidão.

ROMAN CITIES: ROMANIZATION, CITIZENSHIP AND SLAVERY

ABSTRACT: This article aims to address the expansion of the Roman Empire, as well as the forms of organization and construction of cities, linking them to the development of societies dominated under the influence of this expansionist process. Thus, the Roman Empire expanded, perceiving the city as the essence of a common form of life, becoming an environment conducive to the conception of a community. The objective of this work is to analyze the concepts of the city and citizenship, considering the Roman influence in emerging cities and especially the issues surrounding the practice of slavery. Therefore, the political role of cities in the formation of this great Empire stands out and, due to it, it is necessary to reflect on the construction of cities, citizenship and slavery according to a social and economic perspective in Ancient Rome. To this end, historians Pierre Grimal (1988), Fábio Duarte Joly (2017), Norberto Luiz Guarinello (2020), among other authors, are used as theoretical support.

KEYWORDS: Romanization; city; slavery.

Este artigo se propõe a abordar a expansão do Império Romano e as formas de organização e construção das cidades, articulando-as ao desenvolvimento das sociedades dominadas sob a influência desse processo expansionista. O objetivo é analisar os conceitos de urbe e de cidadania, considerando-se a influência romana nas cidades emergentes e as questões que envolvem cidadania e escravidão.

Conforme amplamente divulgado pela historiografia, o Império Romano vigorou durante séculos, constituído por meio de estruturas que o precederam, como a econômica, cultural e religiosa, dessa forma, consolidando a integração desse Império pelo poder, a qual é obtida sobretudo com o domínio das cidades. Portanto, destaca-se a função política das cidades na formação desse grande Império, como afirma Norberto Luiz Guarinello:

A principal base política de sustentação do Império sempre foram as cidades. Onde eram mais raras, como nas Gálias, os imperadores atuaram decisivamente na sua promoção, incentivando as elites locais a adotarem modos urbanos. Era através das cidades que o poder se exercia, que a paz se mantinha e que os impostos eram cobrados, através de uma aliança entre suas elites e o Imperador. [...] O Império suprimiu, como os antigos reinos helenísticos não haviam conseguido, qualquer possibilidade de revolta local, que era rapidamente anulada. (GUARINELLO, 2020, pp. 142-143).

Neste sentido, há de se observar que a noção de urbanidade, para os romanos, pode ser caracterizada como uma espécie de condicionamento no qual a população das províncias devia se adequar aos modelos de organização romanos, criando estruturas necessárias para uma vida coletiva, isto é, os habitantes da cidade ocupada militarmente deviam associar-se diretamente às formas de dominação e de interação entre culturas, conforme afirma Beltrão:

[...] o Império Romano caracterizou-se pelo encontro de inúmeras culturas disseminadas na bacia mediterrânea e para além dela. Essas culturas, e Momigliano discute especialmente a judaica, a egípcia e a grega, admitiram interagir culturalmente. No momento em que elas interagiam, caracterizavam-se por sistemas abertos, estabelecendo negociações, admitindo trocas até um certo limite. Isso implica dizer que não há espaço para noções de influências de uma cultura sobre a outra numa via de mão única. Portanto, deve-se priorizar a ideia de 'negociação cultural'. (BELTRÃO, 2010 apud Momigliano (1990) p. 340).

Por conseguinte, compreende-se que, embora o Império tenha sido alargado por meio da hegemonia de Roma, e o processo de romanização das cidades tenha sido opressivo, expandido por imposição da força, a influência romana não se constituiu apenas como uma supremacia cultural frente às províncias sob seu domínio, uma vez que houve também uma abertura a negociações entre diversas culturas.

Logo, ressalta-se que o próprio Império Romano pode ser caracterizado como uma civilização resultante da mistura de influências culturais diversas como a dos povos etruscos, gregos e orientais. Há de se considerar que a civilização romana se constituiu por intermédio do fortalecimento do poder de Roma, da sua expansão sobre a Península

Itálica e sobre os territórios circunjacentes. Assim, trata-se de uma civilização plural, que foi capaz de organizar uma complexa infraestrutura em todo o seu território, composta de sistemas de água, esgoto, transporte e comunicação. Além disso, as leis vigentes no Império Romano foram também disseminadas em diversos espaços conquistados.

Portanto, a romanização se consolidou, de um lado, por instituir um processo civilizatório em que Roma passara a introduzir e a difundir a sua cultura, como a língua, a arte, a arquitetura e a religião aos povos provincianos, de outro lado, por apreender diversas características dos povos dominados. Conforme Pierre Grimal:

Muito provavelmente foi assim que Roma começou: colônia etrusca, simples mercado dominado e vigiado pela guarnição acantonada nas alturas do Capitolineo. Aí se encontraram pela primeira vez, em torno dos comerciantes vindos da Itália central e meridional, os habitantes das aldeias espalhadas pelas colinas vizinhas. O sal constituía, sem dúvida, um dos principais objectos do comércio, tal como os produtos fabricados importados do Sul e da Etrúria. Depois, cerca dos finais do século VI a.C., quando o poderio etrusco, fragilizado, se confinou ao norte do Tibre, o povo romano adquiriu a independência e Roma tornou-se uma cidade autônoma. (GRIMAL, 2003, p. 39).

Ao longo da história da civilização, as cidades forneceram paradigmas, pois surgiram como capitais de impérios, promoveram formas de organização social e se transformaram em centros de construção de identidade nacional, cultural e religiosa, além de terem se tornado sedes de desenvolvimento econômico e político. É desse modo que o Império Romano se expandiu, percebendo a cidade como a essência de uma forma de vida comum, tornando-se um ambiente propício para a concepção de uma comunidade. Grimal discorre sobre o urbanismo, sendo compreendido como um importante instrumento político:

Se, de facto, o poder militar dos povos subjugados por Roma foi quebrantado pelas legiões, foi a cidade romana que – pelo menos nas províncias ocidentais – assegurou a ‘romanização’ do território conquistado. Os Romanos não se deixaram induzir em erro e serviram-se do seu urbanismo como de um poderoso instrumento político (GRIMAL, 2003, p. 10).

De acordo com essa perspectiva, considerando-se o domínio romano sobre outros territórios, o poder de Roma pôde ser fortalecido pela construção de monumentos, templos e instituições. Como consequência, a cidade romana que se instaurava em territórios conquistados nasceu revestida de um caráter revolucionário, pois transformara o modo de vida e a organização político-social da região dominada ou submetida. Conforme Grimal, “o que desde já podemos perceber das cidades romanas, seja qual for o sítio onde se encontrem, é suficiente para mostrar o cunho poderoso deixado por Roma nos territórios que constituíram o seu Império e a actualidade sempre activa da ‘romanidade’.” (GRIMAL, 2003, p.15).

Roma é a capital mais importante do Império Romano do Ocidente e a principal cidade reconhecida, antes da Cisma do Oriente. Como se sabe, o processo expansionista

romano é iniciado alguns séculos anteriores à inauguração do Império (a partir do século IV a.C.). Ainda no período republicano, Roma investiu suas tropas militares na anexação da província de Veios, a primeira a ser conquistada fora da região do Lácio, no ano de 396 a.C. Ao final da conquista de Veios e dos conflitos com os samnitas, Roma manteve sob controle não somente o Lácio, mas toda a Península Itálica.

Após esse período, novas invasões foram realizadas pelas expedições militares do Império, como as guerras púnicas (264 -146 a.C.), a dominação de Cartago, no Norte da África, das principais ilhas mediterrâneas (Sicília, Córsega e Sardenha) e, posteriormente, de outras regiões circundantes ao Mediterrâneo, tais como: Península Ibérica, Sul da Gália, Macedônia, Grécia, Palestina, Síria, Egito, dentre outros reinos e províncias menores.

Ao analisar a configuração dessas regiões, no decorrer de anexações e consequentes romanizações, pode-se perceber o surgimento de uma nova concepção de cidadania, a qual propunha tratados de aliança com a aristocracia e com os habitantes da cidade. Neste sentido, as cidades tomaram novas formas em virtude de alguns fatores, tais como: a negociação dos direitos políticos em troca de manutenção da superestrutura militar romana; a concessão da cidadania para escravos libertos; a plena cidadania para seus filhos com o objetivo de expandir e integrar territórios pacificamente. De acordo com Beltrão:

Na península, as populações sob o domínio romano adquiriram situações jurídicas diferentes perante a *urbs*, que firmou múltiplos tratados de aliança com as cidades itálicas. Teoricamente autônomas, as cidades se comprometiam a prestar auxílio militar em caso de conflito externo, fornecendo soldados. Eram os chamados aliados (*socii*, termo do qual derivou a nossa palavra 'sócio'). Existiam as *ciuitates sine suffragio*, nas quais os habitantes eram considerados cidadãos de segunda classe, que gozavam de cidadania romana incompleta, sem direito de votar nas assembleias. Algumas cidades recebiam a condição de *municipium*, comunidades cuja população local tinha a cidadania romana e total autonomia em relação aos assuntos internos. (BELTRÃO, 2010, p. 241).

É evidente que Roma, a capital da República, manteve uma certa hegemonia no que se refere ao poder jurídico e as diretrizes impostas sobre as outras cidades da Península Itálica, embora tenha adotado uma postura flexível em relação à autonomia das colônias ali estabelecidas, no caso de elas contribuírem para o fornecimento de homens (proprietários de terras) ao exército, além de cooperarem com os pactos de aliança entre as aristocracias romanas e coloniais. Assim, quando Roma começou a colonizar outras regiões fora da Itália, elas passaram a ser chamadas de "províncias".

Esse processo de urbanização teve um impacto muito significativo na organização das sociedades provincianas, com destaque para a forma de relacionamento e de edificação de novos padrões sociais dentro de um espaço recém-constituído, e através de um elemento já onipresente em suas práticas sociais: a romanidade. Segundo Mendes, essa organização citadina contribuiu para a expressão do sentimento de pertença e de cidadania:

A organização municipal viabilizou a integração, desenvolvendo um sentimento de pertença, expressado pelo conceito de cidadania, algo que foi socialmente institucionalizado e moralmente construído, apesar das diversidades regionais, sociais e culturais. [...] Tornar-se cidadão romano era um aprendizado, demarcado por expectativas de comportamentos singulares (MENDES, 2006, p. 42).

Vale destacar que, para os romanos, uma cidade só era considerada como um núcleo urbano quando os habitantes de uma determinada região conseguiam fazer edificações e manter as condições necessárias para a obtenção da vida pública, tais como construir fontes de água e edifícios públicos. As assembleias populares e os santuários eram de vital importância, pois se constituíam como locais de reunião e, no caso dos santuários, havia a preservação de um lugar sagrado para adoração aos deuses. Portanto, essas características denotam a grande coexistência entre a vida política e a religiosa no âmbito familiar e social.

Por oportuno, remonta-se a Pompéia, a fim de evidenciar o funcionamento político e religioso inerente a essa cidade. De acordo com o conceito de urbe, o Capitólio era considerado o templo de maior importância para a vida política romana porque representava o poder central do governo local. A configuração espacial do Capitólio se estruturava de modo a propiciar a fixação de uma basílica, o recinto votivo e os templos públicos para fins religiosos. Havia ainda a existência de um *Macellum* (Macelo), um mercado de alimentos restrito aos plebeus, os quais eram considerados cidadãos de menor relevância social. Ademais, a cidade de Pompéia era externamente murada com a finalidade de proteger seus habitantes, pois contava com a existência de diversos portões, tais como a Porta de Herculano, do Vesúvio e de Nola, os quais faziam uma ligação com as estradas imperiais.

Assim, quando os romanos chegaram a Pompéia, após travadas as Guerras Samnitas (343-341 a.C.), encontraram uma cidade, um centro urbano com uma infraestrutura montada e, a partir desse período, tiveram o trabalho de ampliá-la por meio da construção de fortalezas, estradas, teatros, anfiteatros, fóruns etc. Como uma dessas edificações romanas, pode-se citar o “Anfiteatro de Pompeios” erigido em aproximadamente 70 a.C., que é considerado por alguns historiadores como o anfiteatro mais antigo do mundo. Segundo Grimal:

O anfiteatro de Pompeios permite supor que os anfiteatros primitivos eram constituídos por um simples aterro, uma espécie de funil em terra, suportado no interior e no exterior por uma paliçada ou um muro. Arquitectonicamente, o anfiteatro não seria então mais que uma forma mais curta do circo que, esse sim, está sempre instalado no fundo de um vale. Quase com certeza, os anfiteatros foram inventados na Campânia, respondendo à predilecção das populações samnitas por espectáculos sangrentos, combates opondo gladiadores ou feras. (GRIMAL, 2003, p. 75-76).

Dessa forma, deduz-se que a estrutura política, social e cultural de Roma influenciou a organização social pré-existente em Pompeios (Pompéia), a qual teve de se incorporar

ao *modus-vivendi* romano, e, em diálogo com esse modelo, Pompéia conseguiu elaborar os meios necessários para o alcance de um novo estilo de vida coletiva. Portanto, esse é um exemplo de urbe, pois demonstra como os romanos pensaram o conceito de cidade, além de evidenciar que os habitantes das cidades românicas deveriam absorver as características urbanas, tornando-se capazes de reproduzir espaços como fontes, fóruns, basílicas, templos, passadiços, portas, tudo conforme os moldes romanos. De acordo com Guarinello:

O Século II d.C. parece ter sido o auge, igualmente, do acordo entre Império, elites urbanas e populações citadinas. As estátuas e inscrições honoríficas, agradecendo às benfeitorias feitas pelos mais ricos, atingiram um nível sem precedentes. As cidades foram embelezadas com grandes avenidas colonadas. Muitas das comodidades 'romanas', como aquedutos e fontes, grandes termas públicas, teatros e anfiteatros se difundiram pelo Império. (GUARINELLO, 2020, p. 154-155).

Embora as cidades se revestissem da beleza e das comodidades romanas, percebe-se que a distribuição de acesso ao espaço público não se apresentava igualmente a todos os cidadãos, como por exemplo o espaço da casa. Observa-se que um plebeu dificilmente teria condições de viver em uma *domi* (casa grande na qual a elite romana residia), pois eles viviam em residências muito mais simples, como o *cenaculum* (apartamento), que ficava dentro de um conjunto compartimentado de apartamentos, chamado *insula* (conjunto residencial pago regularmente por aluguel). Além disso, por vezes, essas *insulae* não eram providas de um bom arejamento, e havia ainda carência de água corrente, saneamento básico, salubridade e infraestrutura consistente. Portanto, para os plebeus, não havia espaços adequados para a formação de uma família, dentre outros fatores que denotam uma extrema precariedade no que se refere às populações menos favorecidas à época. Porém, isso não exclui a possibilidade da existência de *insulae* luxuosas, como a notável edificação encontrada pelos arqueólogos na cidade de Óstia (litoral da Itália), a qual era constituída por grandes blocos compartimentados.

Para além da segregação socioespacial, de acesso a locais públicos, existiam outras contradições em relação à questão da cidadania romana nas áreas dominadas, como a restrição feminina ao ingresso na carreira política, pois, ainda que as mulheres tivessem origem em famílias aristocráticas, o “papel da mulher” se voltava principalmente aos afazeres domésticos e aos cuidados da família. No entanto, ressalta-se que, tanto em Roma quanto nas províncias, as mulheres possuíam algumas escolhas, tais como: estudar, circular pelas ruas, construir e gerir seus próprios empreendimentos comerciais, ou até mesmo endossar apoio a um determinado político durante as campanhas eleitorais.

Essas mulheres exerciam algumas funções sociais, embora tivessem de enfrentar diversas restrições, bem como os homens pobres (plebeus), cuja maioria dedicava-se aos ofícios de contabilidade e de escrita para, futuramente, se tornarem respeitáveis comerciantes. Os homens de origem pobre, raramente, alcançavam o ensino superior,

pois, para nele ingressarem, necessitavam de qualificação, como o estudo de composição literária, de idiomas (como o grego), de retórica, além de ser requisitada, desde muito cedo, a prática de um treinamento físico especializado, cujo objetivo era o de se tornarem bons combatentes do corpo militar. Era certo que todo homem, que se predispunha a atuar junto ao poder central romano, devia possuir uma boa bagagem de conhecimento, tanto no âmbito militar, quanto no das Letras.

Nesse contexto, é preciso ressaltar a escravidão como uma prática social na qual um ser humano passa a possuir direitos de propriedade sobre outro, que passa a ser escravizado e submetido por meio de violência física ou moral. E, nesse tipo de sistema, pessoas perdem a liberdade, são forçadas a trabalhar sem qualquer remuneração e podem ser vendidas ou trocadas, semelhantes a mercadorias. Portanto, infere-se que a população dessas cidades submetidas ao domínio romano foi moldada com a prática da escravidão, uma vez que a relação entre senhor e escravo causava impactos na organização sociopolítica da cidade. Em Roma Antiga, as consequências desse tipo de relacionamento podia ocasionar a libertação do escravo que, por sua vez, tinha a possibilidade de vir a se tornar até mesmo um cidadão romano, fato considerado uma especificidade diante de outras sociedades escravagistas. Sobre a condição dos escravos libertos, afirma Guarinello:

Sabemos que o estatuto do escravo variou muito ao longo do Mediterrâneo antigo. Na Judéia, por exemplo, como em outras regiões, o estatuto de escravo não era vitalício. Na maioria das cidades gregas, um escravo libertado tornava-se um estrangeiro domiciliado – um meteco. Na Roma Republicana, pelo contrário, podia tornar-se livre e cidadão. O Império impôs certos limites à libertação de escravos e estabeleceu categorias entre eles. Mas tornar-se liberto permaneceu uma das principais formas de ascensão social. (GUARINELLO, 2020, p. 155).

No processo de dominação exercido pelo Império, a relação entre escravidão e cidadania tornou-se um dos aspectos de sua estrutura sociopolítica, bem como a utilização de forças militares, de modo que tudo isso se traduzia no exercício de poder romano. Fábio Duarte Joly discorre sobre o poder na Roma Antiga:

Desde o século IV a.C., quando Roma estabeleceu seu poder inicialmente sobre parte do Lácio, a Etrúria Meridional e a Campânia setentrional, as relações jurídicas com as comunidades sob sua égide foram reconfiguradas. No topo da escala situava-se a cidadania romana, que incluía o direito a voto (*suffragium*) nas várias assembleias em Roma e a elegibilidade para magistraturas, além de deveres militares. A partir dessa cidadania plena (*optimo iure*), definiam-se outras modalidades de participação no sistema romano de poder, conferidas a título de recompensa ou punição. Esse caráter ambivalente de uma cidadania parcial encontra-se, por exemplo, na cidadania sem direito de voto (*civitas sine suffragio*), que significava a manutenção de uma autonomia política, com o dever de fornecer homens ao exército romano e pagar tributo. Além disso, a fundação de colônias 'latinas' mostrou-se o principal instrumento de controle das comunidades itálicas ao permitir-lhes uma autonomia regulada. (JOLY, 2017, p. 28).

Essas diferentes concepções de cidadania romana, identificada em outras regiões do Mediterrâneo, puderam ser solidificadas através de negociações. É certo que, para Roma, as províncias dominadas significavam garantia de poder, manutenção da hegemonia e fornecimento militar para o Império, pois, enquanto essas províncias absorviam a influência romana, ao mesmo tempo, procuravam preservar a própria cultura, a ampliação e o fortalecimento da superestrutura (econômica, política e social).

Desse modo, faz-se necessário compreender o processo de escravidão exercido em Roma e nas cidades conquistadas. Como se sabe, o trabalho escravo é uma prática que perpassa a história do mundo, sendo sua origem relacionada a guerras e conquistas de territórios, onde geralmente os povos vencidos tornavam-se cativos e submetidos ao trabalho forçado pelos conquistadores. É fato que essa prática escravagista foi exercida por diversas culturas, sendo necessário compreendê-la à luz da História. Ao discorrer sobre a expansão da escravidão praticada em Roma, relacionada às cidades conquistadas, Guarinello explicita:

A expansão da escravidão foi outro processo ligado à criação das pólis. As razões foram políticas e econômicas e derivaram do aumento de fluxos no Mediterrâneo. Também derivaram, em grande parte, da nova posição atribuída aos estrangeiros nas pólis. A liberdade dos cidadãos estimulou a introdução de escravos estrangeiros. Foi ao mesmo tempo um processo de inclusão, dos habitantes do local, e de exclusão dos de fora. Naquelas pólis em que o compromisso político entre cidadãos impedia a submissão de um cidadão por outro, a escravização de estrangeiros tornara-se essencial para a produção primária. Nos grandes polos de interconexão do Mediterrâneo, sobretudo nas cidades portuárias, desenvolveu-se, aos poucos, um intenso tráfico de seres humanos. As fontes de escravos eram muitas: prisioneiros de guerra, pessoas traficadas de regiões periféricas, filhos vendidos por pais sem condições de mantê-los ou mesmo a auto escravização. Os escravos tornaram-se uma parte crescente da população mediterrânica. (GUARINELLO, 2020, pp. 90-91).

Essa expansão do processo escravista na população mediterrânica conduz a reflexões sobre a construção das cidades, a cidadania e a escravidão de acordo com uma perspectiva socioeconômica no mundo romano. Em sua obra, Joly aborda a questão do estado atual da historiografia acerca da escravidão na Roma Antiga, e identifica a existência de correntes que tendem à uniformização do tema da escravidão em análises que consideram o contexto escravista no Mediterrâneo. O autor faz ponderações acerca do conceito de “sociedade escravista” e suas limitações. Assim, remonta aos estudos de Moses Finley, o qual assegura que Atenas (Séc. VI a.C.) e Roma (desde o Séc. III a.C.) foram sociedades escravistas, referindo-se ao fato de que essas cidades utilizaram a prática da escravidão como instituição essencial para a sua economia, uma vez que o sustento da elite era proveniente sobretudo do trabalho escravo. Joly afirma que, para a constituição desse tipo de sociedade, seria necessário um ajuste entre três fatores:

[...] a propriedade privada da terra e sua concentração em poucas mãos;
o desenvolvimento dos bens de produção e a existência de um mercado

para venda; e a ausência de mão de obra interna disponível, obrigando os agenciadores de trabalho a recorrerem a estrangeiros. Nesse quadro, o escravo surgia como a mão de obra ideal, devido à íntima relação entre cidadania e propriedade privada da terra, que se reforçou em Atenas e Roma com o fim da escravidão de cidadãos por dívidas, colocando então a necessidade de mão de obra estrangeira. (JOLY, 2015, pp. 69-70).

A mão de obra ideal, referida por Joly, é promovida pelo escravo, que se torna um ser oposto ao cidadão, por não participar diretamente da vida política. Ademais, o autor, ao analisar o sistema escravista mediterrâneo e a função do Império Romano, em relação à disseminação da “escravidão-mercadoria”, identifica novas propostas de leitura acerca da escravidão antiga:

[...] sugiro pensar um sistema escravista mediterrâneo, no qual o Império Romano tem um papel chave com a disseminação da escravidão-mercadoria, também marcado por fases, que podem se sobrepor, mas que têm características particulares. Isso, de certa maneira contrabalançaria o viés essencialista dos estudos sobre escravidão antiga e sua respectiva tendência à uniformização da escravidão no Mediterrâneo. Uma proposta nesse sentido, que pode se mostrar proveitosa, é inserir esse estudo da escravidão no contexto de abordagens, como aquela avançada por Norberto Guarinello (2013), que entende o Mediterrâneo como palco de uma progressiva integração histórica que articulou as comunidades, produzindo sistemas sociais cada vez mais complexos, e definindo suas fronteiras sociais e identitárias. (JOLY, 2015, p. 77).

Guarinello, por sua vez, considera que o impacto da prática escravista ocorreu de diversas maneiras no entorno do Mediterrâneo, considerando-se as fronteiras internas, a propriedade privada e o caráter de estrangeiro. O autor analisa a questão da escravidão, a relação senhor-escravo e o controle da comunidade românica:

Dependeu do fortalecimento das fronteiras internas, da implantação da propriedade privada, da criação do estrangeiro, e foi estimulada pela necessidade de intensificar a produção nos centros mais ligados à rede de trocas mediterrânicas. A escravidão, quando associada à produção, permitia um grande aumento na produtividade do trabalho. Embora a relação senhor-escravo fosse privada, era a comunidade como um todo que possibilitava o controle sobre a massa de escravos. Nesse sentido, mais uma vez, a escravidão mediterrânica, privada, baseou-se na força comunitária da pólis. (GUARINELLO, 2020, p. 91).

Por fim, compreende-se que a romanização, a cidadania e a escravidão devem ser objeto de estudo de historiadores, a exemplo de Grimal, Joly e Guarinello, os quais possibilitam a revisão do passado e os modos de abordagem histórica. Dessa forma, em tempos de modernidade, ou pós-modernidade, o estudo da História Antiga se mostra relevante, pois, embora não se saiba como aconteceu exatamente a prática da escravidão e a sua extensão na Roma Antiga, pode-se inferir que, com a romanização, a continuidade dessa prática veio demonstrar a existência das fronteiras sociais impostas pelo Império nas cidades românicas.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Claudia. **História antiga**. V.2 / Claudia Beltrão, Jorge Davidson. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

BENJAMIN, Walter. “Teses sobre o conceito de História”. In: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo, Brasiliense, 1994. p. 222-232.

GRIMAL, Pierre. **As cidades romanas**. Lisboa: Edições 70, 2003.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. 1ª. ed., 5ª. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

JOLY, Fábio Duarte. **A escravidão na Roma antiga**. 2ª. Edição. São Paulo: Alameda, 2017.

_____. “Escravidão e fronteiras sociais e identitárias no mundo romano”. In: **Fronteiras e identidades no Império Romano: aspectos sociopolíticos e religiosos** / Gilvan Ventura da Silva, Érica Cristhyane Moraes da Silva, organizadores. – Vitória: GM Editora, 2015. p. 69-78.

MENDES, N. M. O sistema político do principado. In: MENDES, N.M.; SILVA, G.V. **Repensando o Império Romano**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

MOMIGLIANO, A. **Os limites da helenização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.